



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DO DIA 28-04-2022

Presidente

--

Vice-Presidente

-- Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo

Vereadores

- José Eduardo Costa
- Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental
- Emanuel Sousa Medeiros
- Pedro Miguel de Guilherme Pacheco Costa
- Eunice Maria Pinheiro Sousa

Secretário

- Pedro Henrique Soares Correia



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA **DO DIA 28-04-2022**

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 11:00, nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em reunião Ordinária Pública a Câmara Municipal, sob a presidência de Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo com a presença dos vereadores, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Emanuel Sousa Medeiros, Pedro Miguel de Guilherme Pacheco Costa e Eunice Maria Pinheiro Sousa. Estiveram ausentes o Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo e o vereador Carlos Manuel de Melo Pimentel. -----

----- Secretariou a reunião o Secretário da Vereação, Pedro Henrique Soares Correia. -----

----- A Ordem de Trabalhos, constante da convocatória e do respectivo edital, é a seguinte: -----

ÍNDICE

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

(DL N.º 34/2022) - I N.º 556/2022 - INFORMAÇÃO - RETIFICAÇÃO DOS VALORES DAS VERBAS ATRIBUÍDAS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DE ÁGUA D'ALTO, RIBEIRA SECA E RIBEIRA DAS TAINHAS NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 30/03/2022

(DL N.º 35/2022) - I N.º 575/2022 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - RESOLUÇÃO DE OMISSÕES NO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE TURISMO SÉNIOR

DIVISÃO FINANCEIRA

BALANCETE



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

• PROPOSTA DE INTRODUÇÃO DE NOVO PONTO NA ORDEM DO DIA

Depois de declarar aberta a sessão e de se ter procedido à assinatura da ata da última reunião, a Vice-Presidente Graça Melo solicitou a introdução de um novo ponto na ordem de trabalhos que dizia respeito a uma proposta de deliberação da resolução de omissões no regulamento do Programa de Turismo Sénior, já anteriormente aprovado em reunião de Câmara Municipal, mas que, uma vez que existiam duas omissões em dois artigos do regulamento, era necessário ir novamente a reunião de Câmara, pelo que solicitava a introdução daquele novo ponto na ordem de trabalhos. -----

O vereador Emanuel Medeiros fez uso da palavra e pediu para consultarem a documentação, pelo que solicitou uma pausa de cinco minutos para analisar a proposta de alteração. -----

A Vice-Presidente concordou com o pedido do vereador Emanuel Medeiros, reafirmando que a alteração seria para precisar dois pontos dos artigos que tinha referido anteriormente, mas que autorizava a pausa de cinco minutos para lhes explicar em concreto a proposta de alteração. -----

A Vice-Presidente informou que, uma vez que já tinha sido explicado aos vereadores a razão daquele ponto ter de ser introduzido na ordem de trabalhos, ia ser colocada à votação a introdução do novo ponto na ordem de trabalhos. -----

Colocada à votação, a introdução do novo ponto foi aprovada por unanimidade. -----

A Vice-Presidente informou que estava ali em substituição do Presidente da Câmara, uma vez que não podia estar presente por motivos justificáveis, bem como o Vereador Carlos Pimentel, que se fez representar pelo Sr. José Costa. -----

O vereador Pedro Costa pediu a palavra para apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento do Prof. Mário Batista, em nome do grupo de vereadores do Partido Social Democrata (PSD), o qual se transcreve: -----

“Foi com pesar que o grupo de Vereadores do Partido Social Democrata – PPD/PSD recebeu, no passado dia 25 de abril, a triste notícia do falecimento de Mário Carreiro Batista. Mário Carreiro Batista, natural da nossa vila, nascido a 6 de setembro de 1953, fez a sua carreira de Professor Primário no nosso Concelho, onde ensinou várias gerações de Vila-franquenses a ler e a escrever. Foi elemento ativo em iniciativas e instituições de cariz cultural e social na nossa terra, nomeadamente Irmão da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo e da respetiva Comissão das Festas do Senhor da Pedra, membro do antigo grupo de amigos que tinha como responsabilidade a organização das antigas festas de São João da Vila, fez parte do Grupo de Cantares Vozes ao Luar, organizou e ensaiou várias marchas de São João, também fez parte dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca do Campo, onde foi seu Comandante por vários anos. Foi um chefe para muitos dos nossos soldados da paz e um importante elemento motivador na angariação e formação de novos bombeiros. Sendo assim, os



vereadores do PPD/PSD da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo propõem que a Câmara Municipal delibere: -----

1. Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Carreiro Batista; -----
2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar.

Vila Franca do Campo, 28 de abril de 2022 “ -----

A Vice-Presidente agradeceu a apresentação do Voto de Pesar, realçando que a Câmara Municipal se associaria ao mesmo. -----

Colocado à votação o Voto de Pesar, foi aprovado por unanimidade. -----

A vereadora Eunice Sousa pediu a palavra e começou por referir que, face à atual situação geopolítica internacional que também impunha, ao nível local, uma ação estratégica e planeada face às inúmeras famílias refugiadas da guerra vindas da Ucrânia e que têm chegado um pouco a todo o território português - incluindo à Região Autónoma dos Açores - questionou a Vice-Presidente e a Câmara Municipal sobre quantas famílias já tinham sido acolhidas em Vila Franca do Campo, providas da Ucrânia. Prosseguiu questionando se a Câmara Municipal tinha algum plano de intervenção que pudesse intervir junto daquelas famílias, que porventura teriam sido recebidas no Concelho, e cuja ação permitisse a integração laboral/profissional e social daquelas famílias no Município, sendo do seu entendimento que a Câmara Municipal, enquanto entidade local, tem o dever cívico e moral de minimizar o impacte destas famílias relativamente à distância física da sua terra-natal, à distância cultural e a outros níveis, deixando a sua terra e atravessando o Atlântico para chegarem aos Açores, de modo a tornar Vila Franca do Campo a “casa possível” que podiam encontrar. Terminou voltando a perguntar quantas famílias tinham sido acolhidas e se a Câmara Municipal tinha pensado nalguma ação que envolva protocolos com entidades locais, à semelhança do que tem sido feito noutros Concelhos, protocolos que permitam às respetivas entidades ter condições para apoiarem aquelas famílias e questionou, também, de que forma os Vila-franquenses poderiam colaborar, pois já eram várias as pessoas que, ao obter conhecimento de eventuais famílias ucranianas que estão a residir em Vila Franca do Campo, têm-lhes questionado de que forma podem ajudar e onde se deveriam dirigir. -----

A Vice-Presidente agradeceu a intervenção e disse que, desde o início que a Câmara Municipal se disponibilizou a dar apoio àquelas famílias, não só em termos de alojamento, mas também ao nível da educação e de serviços de saúde. Contudo, prosseguiu, passaria a palavra à senhora vereadora da Área Social, que era a pessoa no terreno mais apropriada para responder às questões colocadas. -----

A vereadora Conceição Quental fez uso da palavra e disse que o primeiro contato estabelecido foi com a AIPA (Associação dos Imigrantes nos Açores) que lhes comunicaram que havia duas famílias em Vila Franca do Campo, uma em Água d’Alto e outra na Figueira do Casquete. -----

Prosseguiu dizendo que, assim que soube, dirigiu-se logo a Água d’Alto com uma assistente social, tendo-se prontificado a ajudar logo de início, sempre com estreita ligação à Dra. Marina da AIPA e às famílias. Continuou exemplificando uma situação passada onde houve necessidade de uma carrinha de transportes de crianças para a Escola Roberto Ivens, para a qual a Câmara Municipal não tinha condutor habilitado, tendo pedido ajuda e apoio à Junta de Freguesia de São Miguel e um condutor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo. Terminou reafirmando que, desde a primeira hora, a AIPA tem contactado com ela quando é necessário, pelo que têm resolvido todas as situações que têm necessitado de ajuda da Câmara Municipal. -----



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

A vereadora Eunice Sousa questionou se as famílias alojadas estavam alojadas em habitações da Câmara Municipal, ao que a vereadora Conceição respondeu que não, explicando que as famílias acolhidas estavam em casa de conhecidos e familiares que os apoiaram logo à chegada. Afirmou que a Câmara Municipal se predispôs a ajudar com alojamento, mas tal não foi necessário. Mais disse que foi necessário, inclusive, colocar um “travão” com a oferta de bens alimentares, porque a população, em geral, prontificou-se a ajudar em força. -----

A vereadora Eunice Sousa questionou se, na situação de um munícipe querer ajudar de outras formas (como disponibilizar material escolar ou vestuário), se se deveria dirigir à Câmara Municipal, ao que a vereadora Conceição respondeu que sim, ou através da própria AIPA, visto que era a instituição mais próxima que trabalhava diretamente com imigrantes, nomeadamente Ucrânianos. -----

A vereadora Eunice constatou, então, que não existia nenhum plano para alargar o acolhimento, sendo a AIPA a entidade responsável por requerer ajuda ao Município quando necessitasse. -----

O vereador Pedro Costa pediu a palavra e informou que, sendo membro da Direção da Creche O Cogumelo, que receberam solicitação para inclusão de duas daquelas crianças para fazerem parte do ATL, etc., o qual foi prontamente aceite. No entanto, questionou a vereadora Conceição sobre a razão de eles estarem a frequentar a Escola Roberto Ivens, pois pensava que estariam na escola em Vila Franca do Campo. -----

A vereadora Conceição explicou que se tratava de aulas para a aprendizagem da língua portuguesa às quartas e sextas-feiras, mas eram frequentadas pela família toda, daí a necessidade de transporte numa carrinha. Relatou, inclusive, um imigrante que já não frequentava a aula porque arranjou trabalho, entretanto. -----

A Vice-Presidente explicou que se tratava de um complemento à língua materna, a aprendizagem de uma língua não-materna e que estas crianças estavam, de resto, integradas no sistema de Ensino Público. -----

O vereador Pedro Costa pediu a palavra e referiu que entendia a razão de naquela reunião, ter havido uma alteração da Ordem de Trabalhos, mas que relembra que já tinham falado sobre o dia e a hora das reuniões de Câmara, pelo que tiveram que fazer os respetivos acertos junto das suas entidades patronais, de modo a poderem estar naquela reunião e de forma a penalizar o mínimo possível os locais onde eles trabalham. Relembrou uma alteração de data de reunião de Câmara Municipal anterior na qual o Senhor Presidente propôs, também, a alteração da reunião para uma quinta-feira, mas realizada com antecipação. Na presente reunião, apenas receberam a mensagem a informar que tinha sido alterada para determinado dia a determinada hora, não tendo sido feita qualquer abordagem para tentar saber se seria possível ou não. Mais disse que, se aquela alteração naquele dia tinha ocorrido tendo em conta o que tinha sido dito pela Vice-Presidente, que compreendiam, mas que, no futuro, pediam o maior cuidado possível, não sendo algo relacionado com a sua disponibilidade, pois estavam ali para servir e para trabalhar sempre que necessário, mas que estava relacionado com os seus trabalhos pessoais, lembrando que tinham que preparar os seus trabalhos com antecedência, para que os mesmos possam ser executados sem as suas presenças, daí a necessidade de antecipação. Terminou, pedindo que, sempre que houvesse alguma alteração, que os informassem com relativa antecedência, para que se possam preparar melhor.

A Vice-Presidente agradeceu e informou que teriam o assunto em atenção no futuro. Mais informou que a alteração daquela reunião tinha se prendido com introdução de um compromisso na agenda do Senhor



Presidente e relacionado com o Fórum da Criança da CPCJ, não sendo, de todo, intenção da Câmara Municipal de “molestar” os seus trabalhos profissionais e as suas rotinas associadas. -----

O vereador Emanuel Medeiros pediu a palavra para informar que era do conhecimento público, incluindo nas redes sociais, que o prestador de serviços do Gabinete de Desporto da Câmara Municipal, o senhor Ricardo Ponte, prestava serviços de *coaching* de futebol, ou seja, dava apoio individualizado, como também em grupo, utilizando, para o efeito, as instalações do campo de futebol de Ponta Garça. Questionou em que condições estavam a ser utilizadas aquelas instalações, naquele caso para o exercício de uma atividade particular onde são cobrados honorários pelo serviço prestado pelo referido senhor. -----

O vereador Emanuel Medeiros prosseguiu referindo que, no dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e dois, tinha terminado o concurso de concessão do antigo Mercado de Peixe – Barracão – e gostaria de saber se houve concorrentes à exploração do restaurante, tendo em conta que achava que as condições impostas foram muito limitadoras, excluindo, à partida, quase todos os interessados, em particular os empresários do concelho de Vila Franca do Campo, nomeadamente pela renda mensal de três mil e quinhentos euros, pela necessidade de um *chef* com estrela Michelin e que ficaria responsável pela criação dos quatro menus distintos que depois seriam disponibilizados nas diferentes instalações, um mínimo de dez trabalhadores e ter de gerir quatro zonas de restauração com menus diferenciados, limitando aquilo que seria o interesse de potenciais investidores naquele negócio, parecendo-lhe um “fato feito à medida”. -----

A Vice-Presidente informou que apontou as duas questões do vereador Emanuel e que, atempadamente, seriam respondidas pelo Presidente da Câmara numa futura reunião de Câmara Municipal. Mas disse, que observação final do vereador Emanuel não correspondia à realidade, pois não tinha sido um “fato feito à medida”, achando que tudo tinha sido bem ponderado, ao qual o Presidente da Câmara teria oportunidade de responder. -----

O vereador Pedro Costa pediu a palavra e voltou a pedir que, no futuro, tudo o que fossem propostas de deliberação que tivessem de ir a reunião de Câmara, que os respetivos documentos fossem previamente distribuídos, tendo em conta que já aconteceu que os mesmos foram entregues à última da hora, documentos a ser votados que, por vezes, são “redigidos” oralmente e pedindo, por isso, que, no futuro, essa situação não voltasse a acontecer, para sua salvaguarda, de modo que pudessem estudar e perceber concretamente o que estavam a votar, reafirmando que nada como ter as coisas “preto no branco” para que possam entender, efetivamente, o que estão a decidir e a votar e quais são os trâmites presentes, sendo uma recomendação. Informando que, caso a situação se repetisse, poderiam não aceitar e não votar. -----

A Vice-Presidente informou que, em relação ao ponto que tinha sido introduzido naquela reunião, este referia-se apenas a duas situações simples que, a seu ver, não eram problemáticas. -----

A vereadora Eunice Sousa pediu a palavra e informou que eles eram abordados por pessoas nas ruas que os faziam questões para que pudessem ser respondidas em reunião de Câmara Municipal. Uma das questões tinha sido respondida indiretamente pelo Senhor Presidente da Câmara na última reunião de Assembleia Municipal e que dizia respeito a um muro inclinado na Rua das Hortas, o qual o Presidente informou que estava em fase de negociação para aquisição daquele terreno, (tendo em conta que o muro coloca em perigo quem por lá passa e reside), inclusive para construir um parque de estacionamento que iria contribuir para a melhoria do estacionamento e segurança dos residentes



daquela zona. A vereadora Eunice prosseguiu mencionando que havia, no entanto, uma situação semelhante na rua da ACREDEF (Rua dos Matões), a qual necessitava de intervenção urgente. Referiu que, na futura fase de requalificação do Museu Municipal - referida pelo Presidente da Câmara na última reunião da Assembleia Municipal – urgia, além da requalificação do Museu, atender ao estado daquele muro, onde parte já caiu. Perguntou se antes de se iniciarem as obras de requalificação do Museu, se a Câmara Municipal iria intervir naquele muro de forma a sanar aquela situação de perigo. -----
A Vice-Presidente informou que certamente aquela intervenção estaria incluída na requalificação planeada para aquele espaço. -----
A vereadora Eunice repetiu que apelava para que não se aguardasse para que aquela intervenção de monta acontecesse, pois certamente iria demorar devido à logística envolvida, mas que se iniciasse de forma preventiva uma requalificação do muro antes da que vai ser feita no Museu, para não pecarem por agir de forma tardia depois de acontecer algo já ter acontecido. -----
A Vice-Presidente referiu que teria em conta a observação da vereadora Eunice. -----

ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

(DL N.º 34/2022) - I N.º 556/2022 - INFORMAÇÃO - RETIFICAÇÃO DOS VALORES DAS VERBAS ATRIBUÍDAS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DE ÁGUA D'ALTO, RIBEIRA SECA E RIBEIRA DAS TAINHAS NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 30/03/2022

- A Vice-Presidente informou que havia apenas um ponto, mas com a existência de quatro propostas de deliberação, todas elas dizendo respeito a delegação de competências e acordos de execução relativos a juntas de freguesia e que tinha a ver com um erro de transcrição de escrita na ata redigida na reunião do dia trinta de março, a qual necessitava de retificação. Prosseguiu explicando que tinha o valor estipulado para cada junta de freguesia, sendo que o valor estipulado para a Junta de Freguesia de São Pedro estava correto na ata, sendo o mesmo que tinha sido deliberado na reunião de Câmara e que correspondia a um total de 28.000€ (vinte e oito mil euros) para espaços verdes e para a requalificação do Parque da Vila. Prosseguiu dizendo que o mesmo acontecia com a Junta de Freguesia de Ponta Garça, com um total de 23.000€ (vinte e três mil euros) e com a Junta de Freguesia de São Miguel com um total de 17.858€ (dezassete mil, oitocentos e cinquenta e oito euros), valores estes que estavam corretamente plasmados na ata redigida na anterior reunião do dia trinta de março. A Vice-Presidente prosseguiu dizendo que, em relação à Junta de Freguesia da Ribeira das Tainhas, Ribeira seca e Água d'Alto, foram os três valores que apareceram em erro na ata, pretendendo-se a retificação daqueles valores. No caso da Junta de Freguesia da Ribeira das Tainhas o valor total foi de 23.000€ (vinte e três mil euros), referentes a manutenção de jardins, para a construção do estacionamento e manutenção do cemitério, e transporte escolar. No que diz respeito à Junta de Freguesia de Ribeira Seca, o valor total foi de 18.500€ (dezoito mil e quinhentos euros), para a conservação de acesso à Praia da Leopoldina, prestação de serviços à área social a idosos e atividades com crianças, reparação do Salão Comunitário, conservação do Polidesportivo e para



transporte escolar. Prosseguiu dizendo que, para a Junta de Freguesia de Água d'Alto, o total a atribuir é de 22.750€ (vinte e dois mil, setecentos e cinquenta euros), para manutenção de espaços verdes, sanitários, Rua da Igreja e caminhos vicinais, e para transporte escolar. -----

A Vice-Presidente voltou a referir que a ideia era retificar aqueles valores que já tinham sido deliberados em reunião de Câmara, mas que apareceram plasmados de forma errada na ata redigida. O vereador Emanuel Medeiros pediu a palavra e disse que novamente estavam a cometer o mesmo erro que tinha acontecido na reunião do dia trinta, ou seja, a convocatória recebida tinha quatro propostas de alteração que agora tinham sido convertidas num ponto único, mas que o facto é que não lhes tinha sido distribuído aquilo que tinha sido citado pela Vice-Presidente, ou seja, estavam novamente a passar pela situação do dia trinta, que era ser dito verbalmente o que tinha sido atribuído a cada Junta, quando aqueles documentos tinham de ser entregues com a devida antecedência para análise, mas que, dada a situação criada e visto que os pontos tiveram que ser retirados da ordem do dia da última reunião de Assembleia Municipal, não iam empatar aquele processo, pedindo novamente que houvesse o cuidado de entregar os documentos redigidos com a devida antecedência, porque a Vice-Presidente apresentou os valores propostos corrigidos relativamente à proposta inicial e que não foram apresentados em reunião de Assembleia Municipal, correndo-se o risco de na transcrição os valores não serem os mesmos que eram ali ditos, daí o cuidado que aqueles documentos fossem apresentados atempadamente. -----

A Vice-presidente explicou que, naquela situação, os valores eram os mesmos que foram deliberados em reunião de Câmara anterior, sendo que o único problema foi a transcrição dos valores para a ata, daí que não tenham sido distribuídos novamente os valores aos vereadores. -----

A vereadora Eunice referiu que aqueles valores também não tinham sido distribuídos na reunião do dia trinta de março, e não foram distribuídos novamente naquela reunião, cometendo-se a mesma falha. Pediu que, em todos os elementos que tenham que votar, constem todos as propostas de deliberação, porque é aquele documento que os norteia e vai justificar a sua a decisão de voto

O vereador Pedro Costa pediu a palavra e disse que não era jurista e que entendia que o senhor Presidente da Câmara tinha um entendimento diferente do deles (vereadores do PSD), pois, segundo o Presidente, o que prevalecia era o que tinha sido dito, não sendo daquela forma que o vereador Pedro Costa regia a sua vida, pois na sua opinião, nada como o preto no branco, daí que apelava que tudo o que sejam números e orçamentos para ser aprovados, venham escritos e que eles tenham acesso aos documentos para não haver atropelos, confusões nem dúvidas e para serem atempadamente analisados. -----

A Vice-Presidente repetiu que aqueles valores já tinham sido aprovados em reunião de Câmara anterior, sendo o único problema relacionado com a transcrição na ata. -----

Colocada à votação a proposta de deliberação de retificação, foi aprovada por unanimidade. -----

O Vereador Emanuel Medeiros pediu a palavra para confirmar que, em ata, seria apenas referido que havia um ponto único na ordem de trabalhos, em vez dos quatro pontos anteriores. -----

(DL N.º 35/2022) - I N.º 575/2022 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - RESOLUÇÃO DE OMISSÕES NO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE TURISMO SÉNIOR - A

Vice-Presidente explicou que se tratava de um regulamento que já foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara e estava relacionado com uma viagem que os idosos iam realizar no princípio do



mês de maio e, uma vez que no regulamento é indicado que dúvidas e omissões têm de ser esclarecidas em reunião de Câmara, existiam dois pontos que necessitavam de ser esclarecidos e que constem no regulamento, nomeadamente em relação ao Art.º 5.º - Processo de Seleção, onde, no ponto número dois, é referido que as candidaturas aprovadas serão sujeitas a um processo de seleção aleatório, considerando o limite de vagas estabelecido para cada atividade. O limite de vagas que queriam precisar vai até cinquenta e cinco pessoas, sendo, naquele caso, cinquenta e quatro os idosos que iam realizar a viagem. O outro ponto era referente ao Art.º 6.º - Participação Económica – em que para as visitas e deslocações há lugar a uma participação económica por parte da autarquia para cada participante correspondente ao valor total da deslocação, sendo até cento e trinta e quatro euros e sendo uma precisão que estava omissa no regulamento e que era necessária estar plasmada no regulamento. -----
Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

DIVISÃO FINANCEIRA

A Vice-Presidente informou que a documentação financeira estava disponível para entrega para os vereadores analisarem e colocarem questões na reunião de Câmara Municipal futura. -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

- **BALANCETE** - Foi presente a esta reunião o Balancete da Tesouraria Municipal, referente ao dia 27 de abril na importância de 6.170.983,80 € (seis milhões, cento e setenta mil, novecentos e oitenta e três euros e oitenta cêntimos). -----

----- Estes assuntos foram aprovados em minuta, por unanimidade, para efeitos de execução imediata. -----

----- Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 11:40, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Pedro Henrique Soares Correia, Secretário da Vereação, mandei escrever e subscrevo. -----
-

----- Declaro ainda que a presente ata contém nove folhas. -----